

Recomendação

Ouvir as pessoas do Porto sobre os terrenos adjacentes à estação ferroviária Porto-Boavista nomeadamente sobre a construção do El Corte Inglés e a preservação da antiga estação ferroviária Porto-Boavista.

A Estação Ferroviária do Porto-Boavista, originalmente denominada de Porto, foi a primitiva estação principal da linha do Porto à Póvoa e Famalicão e, mais tarde, também da ligação ferroviária entre o Porto e Guimarães. Entrou ao serviço no dia 1 de Outubro de 1875, sendo, por isso, a primeira estação ferroviária no Porto e, além disso, a primeira estação de uma linha de bitola estreita em Portugal, pelo que o seu valor enquanto património cultural é incalculável. Fez serviço de passageiros até 1938, quando foi substituída neste papel pela estação do Porto-Trindade. Continuou, porém, a servir a operação ferroviária até ao encerramento da linha do Porto à Póvoa de Varzim em 2001.

Por falta de intervenção na preservação da antiga estação ferroviária Porto-Boavista, a estação encontra-se neste momento sob perigo de destruição. Este perigo agravou-se devido a um projecto imobiliário que uma grande cadeia internacional tem para os terrenos onde se encontra¹. Terrenos esses que actualmente estão sob gestão da IP - Infraestruturas de Portugal (que os recebeu da CP e da antiga REFER).

Desde o ano 2000 que a passagem do direito de superfície para aquela cadeia internacional está prometida através de um contrato-promessa de compra e venda, que tem sido sucessivamente renovado até hoje, sem avaliar devidamente o prejuízo que essa decisão do Governo traz para as pessoas do Porto e para o espólio histórico e cultural.

Face à iminência da destruição da estação ferroviária do Porto-Boavista, vários cidadãos e cidadãs se têm mobilizado na sua preservação, como se pode constatar

1

<https://www.publico.pt/2019/11/18/local/noticia/el-corte-ingles-vai-pagar-29-milhoes-terreno-boavista-onde-quer-erguer-tres-predios-1894204>

pelas petições criadas² que representam esforços com vista à classificação do imóvel como sendo de interesse público.

Apesar de a sua preservação ter sido defendida por especialistas em património industrial de renome nacional e internacional (nomeadamente através de parecer do Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, da Universidade do Minho), a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) recusou a classificação do imóvel, remetendo a decisão para a Câmara Municipal do Porto, que tomou a mesma decisão.

Os peticionários³ alertam, e bem, para a necessidade de não se continuar a impermeabilizar espaços que podem ser muito importantes na adaptação e mitigação das alterações climáticas, na promoção da biodiversidade e preservação dos ecossistemas, por constituírem zonas de sombra na cidade e espaços onde se interage com a natureza e de fruição pública. A este respeito o relatório de PDM 2020 do Porto identifica a área circundante à rotunda da Boavista / estação ferroviária da Boavista como uma das zonas com menor acesso a uma “área verde consideradas pelo município como área de sossego” e apresentando um nível de ruído muito elevado ($L_{dens} > 70$), ultrapassando os valores recomendados pela UE, OCDE e OMS⁴.

Acresce ainda que o executivo municipal do Porto aprovou, por unanimidade, a 25 de novembro de 2019, uma recomendação ao Governo para reverter o contrato-promessa de compra e venda do terreno de 27.000 m², localizado nas imediações da Praça Mouzinho de Albuquerque, entre o El Corte Inglés (ECI) e a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.), celebrado inicialmente pela REFER/ECI em 2000.

Já a 3 de Março de 2020 o PAN tinha questionado o Governo⁵ sobre os pressupostos que levaram à decisão de alienação do terreno descampado da antiga estação ferroviária da Boavista, se a Câmara do Porto tinha sido consultada nesta

² <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=13433>

³ <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT94547>

⁴ https://portoplanodiretormunicipal-live-b22d5cf-b4f967f.divio-media.com/documents/Anexo12_Relatorio.pdf

⁵ <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePerguntaRequerimento.aspx?BID=114597>

matéria e também qual o posicionamento do Governo relativamente à preservação e recuperação da antiga estação ferroviária.

Em relação à antiga estação do Porto-Boavista, a Câmara Municipal do Porto, que recusou classificar este imóvel como de interesse público municipal, propôs recentemente a sua transferência física, para outro local⁶. O primeiro subscritor dos pedidos de classificação do imóvel, Hugo Silveira Pereira, Investigador Auxiliar do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa) e especialista em história e património ferroviário, considerou a proposta incompatível com o princípio 5-III da Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial (2003)⁷, que só admite a deslocação de património industrial para acudir a necessidades socioeconómicas imperiosas, o que não é o caso do projeto imobiliário de cariz comercial previsto. O investigador realçou ainda a contradição existente entre o facto de a Câmara Municipal do Porto não considerar valor patrimonial na antiga estação, mas propor a sua transferência para outro local. Daqui retira que “tendo em conta os projectos que se falam para aquele espaço, pode concluir-se que esta contradição visa apenas não o interesse patrimonial e histórico da estação, mas retirar um obstáculo ao projecto para ali previsto”⁸.

A decisão política assumida pela Câmara Municipal do Porto, no despacho de aprovação do Pedido de Informação Prévia (PIP) a 1 de outubro de 2020, foi a de abdicar de 24,835.05 m² de área verde a que estaria normalmente obrigada de acordo com o PDM em vigor, e justificando que esta área verde não seria necessária por causa da proximidade com o jardim da rotunda. Se o total de área verde a que o ECI estaria obrigado a ceder fosse concretizado (31,085.55 m²), o jardim público reivindicado pelos petiçãoários seria cumprido.

Consideramos que a autorização ao El Corte Inglés (ECI) de pagamento de uma compensação pela não cedência de 24,835.05 m² para área verde e equipamento público se incompatibiliza com o artigo 15 da secção III do capítulo II do anexo G.1

⁶ <https://www.publico.pt/2021/02/09/local/noticia/grupo-aponta-contradicao-classificacao-estacao-boavista-porto-1949979>

⁷ <https://www.redalyc.org/pdf/3517/351732195011.pdf>

⁸ <https://www.publico.pt/2021/02/09/local/noticia/grupo-aponta-contradicao-classificacao-estacao-boavista-porto-1949979>

do CRMP, uma vez que resulta num evidente "inconveniente para a prossecução do interesse público".

A aprovação do Pedido de Informação Prévia (PIP) do ECI por parte da CMP em outubro de 2020 foi também feita sem ter sido concluído o relatório de estudo de tráfego que estará a ser elaborado pela Divisão Municipal de Gestão da Mobilidade e Tráfego (DMGMT) para conhecer o impacto deste empreendimento no sistema de tráfego rodoviário, já altamente congestionado nesta zona da cidade e cujos resultados não eram conhecidos na altura.

Também o resultado da apreciação municipal sobre o pedido de classificação do valor patrimonial do edifício da antiga estação, reencaminhado pela Direção Geral Património Cultural (DGPC), só veio a ser respondido no final de dezembro de 2020, dois meses após a aprovação do PIP, decisão que negligenciou, assim, aspetos fundamentais que estavam ainda em análise e que seriam necessários para a tomada de decisão informada sobre o impacto desta grande obra na cidade.

Apesar do PIP estar aprovado, e da Câmara Municipal do Porto, ter tomado a sua decisão, sendo um assunto que originou duas petições muito participadas, que tem originado muitos debates na cidade, a Câmara Municipal do Porto deveria ouvir as pessoas do Porto sobre as soluções para este local, explorando as diversas possibilidades, tal como no entretanto decidiu fazer em relação ao Ramal da Alfândega, mesmo já após tomar a decisão.. Um movimento de cidadãos deve saber a importância de todos cidadãos e cidadãs serem ouvidos ao longo do mandato e não apenas uma das partes (a que defende a decisão tomada).

Assim sendo, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Porto, na sua Sessão Ordinária de 26 de abril de 2021 delibere recomendar à Câmara Municipal do Porto que:

- Promova a discussão pública sobre os destinos dos terrenos adjacentes à estação ferroviária Porto-Boavista nomeadamente sobre a construção do El Corte Inglés e a preservação da antiga estação ferroviária Porto-Boavista



Pessoas - Animais – Natureza

(GM PAN)

Bebiana Cunha